

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo de aquisição nº 23073.013993/2021-64**

Aquisição de 20 (vinte) microcomputadores portáteis de alto desempenho de processamento de dados e computação gráfica, com fornecimento de garantia *onsite* por 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades técnicas e operacionais das atividades laborais da Prefeitura Multicampi, laboratórios de pesquisa e grupo de trabalho das áreas de engenharias e arquitetura da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Belém-Pa, maio de 2021

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de informática para aquisição de 20 (vinte) microcomputadores portáteis de alto desempenho para atender as demandas da Universidade Federal do Pará.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Necessidade da Contratação:**

2.1.1. A Universidade Federal do Pará passa por um crescente aumento de sua demanda de serviços de TI e consequentemente, disponibiliza-os cada vez mais à comunidade acadêmica, serviços esses aderentes aos seus objetivos estratégicos, dentre os quais destaca-se a promoção da modernização da infraestrutura física e tecnológica (TIC) visando atender necessidades como atualizar o parque computacional e demais equipamentos de TI das unidades administrativas da instituição, laboratórios de informática, bem como equipar novas unidades que estão em processo final de construção.

2.1.2. Em consonância com as melhores práticas de governança, a UFPA criou o Comitê de Governança Digital, que tem por objetivo primordial alinhar a aplicação dos recursos de TI com as ações estratégicas da instituição, priorizando o uso destes recursos nas atividades essenciais para o cumprimento da sua missão.

2.1.3. Ademais, a tecnologia da informação tem se tornado cada vez mais um fator crítico de sucesso para as organizações do setor público ou privado. Ciente desse fato, a UFPA/CTIC estruturou ao longo dos últimos anos um importante ambiente tecnológico que suporta sua estrutura de atuação. Ele compreende soluções de tecnologia da informação que abrangem todas as áreas de atuação da instituição, e por isso a necessidade de sempre manter toda essa infraestrutura disponível e atualizada tecnologicamente.

2.1.4. A motivação da contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de informática relacionados ao objeto deste termo de referência, através de pregão eletrônico, tipo menor preço por item, tem por fundamento os objetivos estratégicos, “Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas” e “Assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais de Tecnologia da Informação”, estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA, em destaque a modernização dessa infraestrutura, objetivando a redução de custos de aquisição e armazenamento, bem como permitindo um melhor controle dos equipamentos adquiridos.

2.1.5. A aquisição dos equipamentos, objeto da licitação, está inserida nas ações estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) da UFPA, em atendimento às normativas estabelecidas na IN 01/2019 SGD/ME, de 01/04/2019, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2015, e suas alterações, e que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, do qual a UFPA é integrante, sendo um órgão seccional.

2.1.6. A presente contratação é resultado de um processo de planejamento de TI, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025), do qual participam várias unidades da instituição, entre as quais está a Prefeitura da UFPA, que elabora o Termo de Referência e especificação técnica dos equipamentos, atendendo as diretrizes da IN 01/2019 – MP/SLTI, bem como observando as normas da IN 01/2010 – MP/SLTI que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no caso, denominada de “TI Verde”.

2.1.7. A adoção das normativas do governo federal tem possibilitado à UFPA selecionar fornecedores e equipamentos de qualidade, como nos últimos 10 (dez) anos em que a instituição incorporou ao seu patrimônio equipamentos (estações de trabalho e *notebooks*) de alto grau de qualidade, de fabricantes com suporte técnico especializado, como os equipamentos da *Hewlett*-*Packard*, *Dell* e *Lenovo*. Isso tem gerado economia com custos com manutenção, bem como o fato de que esses equipamentos, com garantia de 3 (três) e 4 (quatro) anos, apresentam pouco ou nenhum problema, possibilitando às unidades contempladas maior disponibilidade de seus serviços. Conclui-se então, que para os equipamentos de informática, em especial *desktops*, servidores, *laptops*, uma das melhores estratégias para minimizar a interrupção da prestação de serviços é a aquisição de equipamentos com ampla cobertura de garantia. Portanto, faz-se necessário contar com um parque de TI com cobertura integral de garantia evitando eventuais situações que causem descontinuidade aos usuários dos serviços públicos prestados pela instituição.

**2.2. Planejamento da Contratação:**

2.2.1. Este modelo de contratação na UFPA vem sendo desenvolvido desde 2010, por meio da Assessoria de Orientação Normativa em TI do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPA, que vem ao longo desses anos trabalhando na elaboração das especificações técnicas dos equipamentos, bem como os quantitativos referentes ao objeto deste certame, na proposta de garantia e na consolidação deste Termo de Referência.

2.2.2. Estas especificações técnicas, juntamente com o planejamento da contratação, foram revisadas pelo grupo de trabalho técnico da AONTI/CTIC que é o responsável pela atualização das especificações técnicas que norteiam as licitações da UFPA.

**3. LEGISLAÇÃO E MODELO DE CONTRATAÇÃO**

3.1. A modalidade de licitação proposta para a contratação dos bens de TI é o Pregão Eletrônico visando a obtenção da proposta mais vantajosa, tendo em vista tratar-se de bens que se enquadram no conceito de bens comuns para fins do disposto no Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, e como preconizado no art. 1° da Lei 10.520/2002.

3.2. O tipo de licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de TI.

3.3. Foram consideradas para elaboração deste Termo de Referência as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, e ainda:

3.3.1. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2019, de 01 de abril de 2019 – Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.3.2. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 (e suas alterações) – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.3.3. Decreto nº 7.174 de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

**4. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

4.1. Os equipamentos, objeto da contratação, serão discriminados no Item 4.3, com seus respectivos quantitativos.

4.2. O detalhamento das especificações técnicas dos equipamentos descritos no Item 4.3, objeto desta contratação deverão observar rigorosamente as quantidades e Especificações Técnicas constantes do Anexo II do Instrumento convocatório.

4.2.1. No campo “descrição complementar” do site www.comprasnet.com.br, deverão ser informados **obrigatoriamente** **marca** e **modelo** dos equipamentos ofertados, marca/modelo dos processadores, placas-mãe e placas de vídeo, sob pena de desclassificação.

4.3. Descrição dos equipamentos:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QTD** | **VALOR ESTIMADO** | |
| **UNIT** | **TOTAL** |
| 1 | MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL ALTO DESEMPENHO  GARANTIA *ON SITE*: 36 MESES  Cód. SIPAC: 5235000000360  Cód. CATMAT: | UN. | 20 | R$ 29.118,14 | R$ 582.362,80 |

4.4. Os equipamentos objeto desta contratação deverão observar rigorosamente as Especificações Técnicas constantes no Anexo II do Edital.

**5. PROPOSTA DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1. Todos os componentes dos equipamentos (especificados no Anexo II – Especificações Técnicas) necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos, deverão estar discriminados.

5.2. Entende-se como perfeito funcionamento dos equipamentos: compatibilidade do objeto com todas as descrições deste Termo de Referência e seus anexos, bem como o atendimento a exigências da legislação vigente.

5.3. As propostas deverão conter toda documentação necessária para subsidiar o julgamento técnico dos equipamentos ofertados, incluindo informações técnicas dos materiais que serão utilizados e outros documentos que a LICITANTE julgar necessários. No caso de entender tais documentos como insuficientes para a análise, poderá a UFPA, a seu critério, solicitar complementação a ser apresentada em até 48 horas.

5.3.1. A empresa licitante deverá anexar à sua proposta comercial planilha de comprovação técnica indicando a característica técnica exigida, nome do documento e página onde a comprovação do atendimento pode ser constatada.

5.3.2. Deverá a proponente apresentar junto com sua proposta, declaração comprovando que os serviços referentes a suporte e garantia de cada item da solução serão prestados por técnicos do próprio fabricante ou por assistência técnica autorizada.

5.4. Poderão, ainda, os LICITANTES apresentar quaisquer considerações e informações importantes que julgarem necessárias e relevantes.

5.5. Para apresentação de suas propostas comerciais, as empresas licitantes deverão observar rigorosamente:

5.5.1. Deverá ser anexada especificação e unidade de fornecimento dos equipamentos que serão fornecidos, em conformidade com a especificação e unidade de fornecimento dos equipamentos constantes no item 2 do Anexo II – Especificações Técnicas indicando expressamente marca/fabricante e modelo do(s) equipamento(s);

5.5.1.1. **Informar obrigatoriamente os modelos das placas-mãe, processadores e memórias ofertados para os equipamentos**;

5.5.2. Consignar a garantia conforme estabelecido no item 2 do Anexo II e item 15 deste Termo.

5.5.3. Apresentar declaração de que os equipamentos ofertados são novos, sem uso anterior e fazem parte da linha de fabricação atual e que tomou conhecimento de todas as condições inerentes à execução do objeto da contratação.

5.5.4. Apresentar documentação referente à Qualificação Técnica, descrita no item 6 do presente Termo de Referência.

5.5.5. Apresentar para todos os itens as certificações de compatibilidade estabelecidas no Anexo II - Especificações Técnicas.

5.5.6. No caso de a garantia não ser prestada diretamente pelo fabricante dos equipamentos, o fornecedor deverá apresentar documentação comprovando a habilitação para garantia, manutenção e assistência técnica.

5.5.7. Declarar expressamente que concorda com todos os termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo as obrigações da contratante, de entrega, e demonstrar estar ciente das sanções administrativas em decorrência de aplicação de Nível de Serviço Mínimo ou por descumprimento das demais cláusulas deste Termo.

5.5.8. Deverá ainda a licitante apresentar junto com a sua proposta comercial catálogos, folhetos técnicos e/ou página na *web* para todos os itens ofertados.

5.5.8.1. A ausência de alguma especificação no referido catálogo e/ou folheto não ensejará a desclassificação imediata da empresa. Nesse caso serão efetuadas diligências para sanear a pendência;

5.5.8.2. Na hipótese de os folhetos e/ou catálogos não apresentarem explicitamente as informações comprobatórias de algum dos itens de especificação, a licitante deverá indicar essa condição em sua proposta, responsabilizando-se pela informação fornecida e/ou apresentando outra fonte que possa esclarecer eventuais dúvidas;

5.5.8.3. As informações apresentadas em páginas da WEB impressas, serão consideradas apenas se puderem ser igualmente obtidas na internet, disponíveis em veiculação pública, preferivelmente no *website* do próprio fabricante ou distribuidor comprovadamente autorizado;

5.5.8.4. Os catálogos, folhetos ou manuais técnicos deverão ser entregues no original ou em cópia perfeitamente legível, incluindo-se as figuras, para que possam ser comprovadas claramente as informações contidas na proposta.

5.6. Os preços apresentados deverão ser expressos em Reais, com duas casas decimais e contemplar todos os custos inerentes à contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos, contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei.

5.7. Todas as especificações constantes deste Termo de Referência e no Anexo II devem ser consideradas como mínimas necessárias para a qualificação das propostas. Assim, a LICITANTE pode apresentar em sua proposta equipamentos que superem as características técnicas aqui descritas, tanto em dimensionamento quanto em funcionalidades, desde que os equipamentos sejam do padrão já adotado pela UFPA. Entretanto, como se trata de contratação pelo melhor preço, será tal proposta julgada em condições de igualdade com a de outros LICITANTES que apresentarem propostas habilitadas.

5.8. Para efeitos de mitigação de dúvidas futuras quanto a funcionalidades técnicas e dimensionamento da capacidade de equipamentos deverão ser adotados os termos do presente termo de referência, salvo quando a proposta da LICITANTE apresentar equipamentos com características técnicas ou desempenho superiores às aqui exigidas. Nessa situação prevalecerá, a critério da UFPA, o que lhe for de maior vantajosidade.

**6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos requisitos que devem ser estabelecidos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar de garantir o fornecimento de um produto ou serviço com a devida qualidade. Dessa forma, ao longo do tempo, o Tribunal de Contas da União vem reiterando em suas decisões sobre a impossibilidade de exigência de número mínimo de atestados para comprovar a capacitação técnico-operacional, pois no entendimento da Corte, além de estar em dissonância com a Lei nº 8.666/93, estes mecanismos quando mal aplicados geram, em tese, desigualdades entre concorrentes com as mesmas qualificações técnicas. Para ilustrar o que se apresenta, destacam-se as seguintes jurisprudências:

*“Acórdão no 112/2011-Plenário*

*… a exigência de comprovação de prestação de serviços em volume igual ou superior ao licitado extrapola os requisitos definidos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993, bem como contraria a jurisprudência do tribunal acerca do assunto”*

6.1.1. O Tribunal, entretanto, assegurou em inúmeros outros casos a possibilidade da inserção dos critérios de atestados de capacidade técnica desde que estes sejam indispensáveis a garantia de execução do objeto, ou seja, guardem verossimilhança com as reais condições pretendidas pela Administração:

*“Acórdão 1890/2010 – Plenário*

*13. Da mesma forma, o procedimento levado a efeito pela CEF não destoa dos parâmetros fixados no referido pregão eletrônico promovido pelo TCU (no 36/2009), sendo até menos restritivo do que a prática adotada por este Tribunal, porquanto no edital publicado pela Corte de Contas exigiu-se que a capacidade técnica fosse comprovada com atestados de execução de no mínimo 70% do objeto, contra o percentual de 10% previsto no edital da CEF, senão vejamos:*

*...*

*TCU - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO No 36/2009*

*"1.1. O objeto deste Pregão é o descrito na tabela abaixo:"*

*…*

*49.3. 1 (um), ou mais, atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão;*

*49.3.1. para efeito desta condição, o quantitativo total atestado deve comprovar a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) do objeto."*

*...*

*Voto do Ministro Relator*

*...*

*5. Segundo a representação, "a exigência lançada no edital ora impugnado, de que se comprove, por meio de certificados, o fornecimento mínimo de 10% do objeto, especificando a marca e modelo do toner, concessa máxima venia, ofende os princípios da impessoalidade, da isonomia, da razoabilidade da proposta e da ampla concorrência, pelo que deve ser retirada do edital".*

*6. Com escusas por dissentir do órgão instrutivo, não percebo na exigência em tela a alegada irregularidade.”*

*“Acórdão 556/2010 – Plenário*

*Voto do Ministro Relator:*

*...*

*Determinar a APEX:*

*que inclua no projeto básico ou no termo de referência as justificativas técnicas, quando julgar necessária a adoção de quantitativos mínimos na comprovação da qualificação técnica, demonstrando a compatibilidade desses quantitativos com o valor da contratação [...],*

*sendo vedada a comprovação de quantitativos iguais ou superiores ao objeto do certame”*

*Na mesma linha, o Plenário do Tribunal de Contas da União já estabeleceu jurisprudência sobre o quantitativo tido como razoável para considerar a similaridade ao objeto contratado:*

*“Acórdão 717/2010 – Plenário*

*9.3.1. abstenha-se de estabelecer, em futuros editais de licitação, como requisito de qualificação técnico-operacional, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal extrapolação deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, ao inciso I do § 1o do art. 3o e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 e à jurisprudência deste Tribunal, estabelecida a partir do Acórdão 1284/2003-TCU - Plenário;”*

*“Acórdão 2147/2009 – Plenário*

*9.4.3. limite as exigências de atestados de capacidade técnico-operacional aos mínimos que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento, devendo abster-se de estabelecer exigências excessivas, que possam restringir indevidamente a competitividade dos certames, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a 50% (cinqüenta por cento) dos quantitativos a executar (conforme jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003-Plenário; 2.088/2004-Plenário; 2.656/2007-Plenário; 608/2008-Plenário e 2.215/2008-Plenário), cumprindo o que prescreve o art. 37 da Constituição Federal e o art. 3o da Lei 8.666/1993;”*

6.2. Desta forma, a LICITANTE deverá apresentar com relação à qualificação técnica:

6.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com o objeto da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente.

6.2.2. Declaração de que a LICITANTE não oferta produtos com materiais perigosos no modelo anexado ao Edital – DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS E ADERÊNCIA AOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

**7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

7.1. **Deveres e Responsabilidades da Contratante**

7.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante da Ata para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme o disposto no art. 30 da IN nº 01/2019 STI/MP;

7.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

7.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA;

7.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

7.1.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da empresa fornecedora às dependências da instituição relacionadas à execução do contrato, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;

7.1.6. Emitir Ordem(ns) de Fornecimento de Bens, ou qualquer outro documento equivalente de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, com todas as informações necessárias, e enviar à empresa por meio de fax, e-mail, etc;

7.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

7.1.8. Recusar com a devida justificativa qualquer equipamento entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA, por meio de notificação escrita, descrevendo as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas nos equipamentos, objeto da contratação, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;

7.1.9. Informar à CONTRATADA, dentro do período de garantia, os novos locais para prestação da assistência técnica, caso ocorra remanejamento de equipamentos para outras unidades da CONTRATANTE não informadas na Ordem de Fornecimento de Bens;

7.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, o produto não tenha apresentado defeitos;

7.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

7.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos;

7.2. **Deveres e Responsabilidades da Contratada**

7.2.1. Fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas definidas pela administração, novos, de primeiro uso, no prazo fixado neste edital, após aprovação pela Administração do Contratante, que a si reserva o direito de rejeitá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;

7.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas;

7.2.3. Entregar todos os produtos, bem como catálogos, manuais, página impressa do sítio do fabricante na Internet (ou informar o endereço eletrônico) ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas;

7.2.4. Fornecer equipamentos novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos nos próximos 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato, de maneira a não prejudicar a execução do objeto ora contratado, sob pena de restar caracterizada inexecução parcial do contrato;

7.2.4.1. É permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, nas mesmas condições de preço, fornecimento e garantia, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto, devendo este também permanecer em linha de comercialização no supracitado tempo de 90 dias;

7.2.4.2. Sempre que houver descontinuidade ou alteração nos modelos propostos, a CONTRATADA deverá comunicá-las, mantendo a CONTRATANTE informada.

7.2.4.3. Os novos modelos de equipamentos, a critério da equipe técnica, deverão ser submetidos a teste de conformidade pela CONTRATANTE.

7.2.5. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com as características e funcionamento dos equipamentos e da compatibilidade com software de terceiros;

7.2.6. Entregar, no local determinado pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, os equipamentos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

7.2.7. Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos equipamentos, na forma e nos prazos estabelecidos;

7.2.8. Garantir a reposição de peças durante o período da garantia;

7.2.9. Prestar os serviços durante o período de garantia no local onde estiver instalado o equipamento, abrangendo todo o território nacional.

7.2.10. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos equipamentos que forem objetos do Contrato/Ata e prestar os esclarecimentos necessários;

7.2.11. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

7.2.12. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais do Contato e do Gestor do Contrato inerentes à execução do objeto contratual;

7.2.13. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

7.2.13.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório, observado o direito de contraditório e ampla defesa.

7.2.14. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o serviço, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais e equipamentos empregados que julgar inadequados;

7.2.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

7.2.16. Aprovar a conexão ou instalação nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique danos físicos ao equipamento e não constitua perda vigência da Garantia prevista no presente Termo de Referência, procedimento este que poderá ser acompanhado pelo fabricante ou seu representante;

7.2.17. Manter, durante o período de Garantia, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação dos serviços;

7.2.18. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à CONTRATANTE para pagamento;

7.2.19. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, a relação de empresas de assistência técnica especializadas, e centros de atendimento técnico, autorizados pelo fabricante (comprovado por meio de documentação específica), contemplando nomes, endereços e telefones, que prestarão assistência técnica, bem como promover a atualização do cadastro de assistência sempre que for alterada ou a cada 6 (seis) meses;

7.2.20. Substituir os materiais e equipamentos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento de Bens, sem ônus para a CONTRATANTE;

7.2.21. Substituir os materiais e equipamentos que apresentarem defeitos durante o período de garantia, sem ônus para a CONTRATANTE, em conformidade com os níveis de serviços mínimos.

**8. DO VALOR TOTAL ESTIMADO DOS BENS, RECURSOS E PROGRAMA DE TRABALHO**

8.1. O valor total estimado para contratação é de **R$ 582.135,60 (quinhentos e oitenta e dois mil e cento e trinta e cinco reais e setenta centavos)**, a ser pago conforme o estabelecido no Item 16 deste Termo.

8.2. No preço cotado e contratado já estão incluídos: impostos, contribuições, taxas, frete, transporte e, se houver, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

8.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. No exercício de 2021 correrá à conta a seguir especificada:

PROGRAMA DE TRABALHO: 112

ELEMENTO DE DESPESA: 449052

**9. TESTE DE CONFORMIDADE**

9.1. Durante a realização da licitação, a equipe técnica dará suporte ao Pregoeiro.

9.2. Havendo necessidade de esclarecimentos, a equipe técnica solicitará por meio do Pregoeiro, à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, amostra dos produtos ofertados, que deverá ser encaminhada à UFPA/CTIC, no horário das 08h às 12h e de 14h às 18h, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, a partir da solicitação.

9.2.1. O prazo para a avaliação das amostras será de até 6 (seis) dias a partir do momento do recebimento destas, sendo possíveis prorrogações neste prazo por despacho fundamentado do Pregoeiro.

9.2.2. A UFPA **resguarda-se ao direito de solicitar** apoio técnico de profissional da empresa fornecedora para a realização dos testes.

9.2.3. Nesta hipótese, o técnico designado pela contratada deverá executar os testes na amostra conforme orientações do integrante da equipe de avaliação.

9.2.4. O envio de amostras será solicitado exclusivamente aos licitantes vencedores dos itens deste Termo de Referência, visando identificar se os equipamentos descritos na proposta comercial da empresa atendem a todos os requisitos do Termo de Referência e aos padrões de desempenho solicitados.

9.3. Caso a licitante apresente para avaliação uma amostra com configuração superior à ofertada, a proposta deverá ser retificada para o equipamento apresentado para os testes que passará a ser o válido para registro, caso seja aprovado.

**10.** **ADJUDICAÇÃO**

10.1. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM.

10.2. Não há óbice quanto à adjudicação de mais de um item para a mesma licitante.

10.3. Da aplicação de benefícios e preferências previstos em outras legislações;

10.3.1. Não se aplica a esta Licitação o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

10.3.2. O direito de preferência às microempresas ou empresas de pequeno porte (ME ou EPP) previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

**11. ORDENS DE FORNECIMENTO DE BENS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

11.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE deverá emitir a Ordem de Fornecimento de Bens.

11.2. Os equipamentos deverão ser entregues no endereço especificados na Ordem de Fornecimento de Bens, nas instalações da CONTRATANTE;

11.3. O modelo de Ordem de Fornecimento de Bens está expresso no ANEXO A – ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS. O prazo para entrega dos equipamentos será contabilizado a partir do atesto de recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens pela CONTRATADA;

11.4. Durante o período em que a Administração estiver realizando a inspeção de aceitação, nos termos do item 12, será suspensa a contagem do prazo de entrega, a qual será restabelecida apenas após a conclusão da referida inspeção, através da sua comunicação formal ao fornecedor;

11.5. A Ordem de Fornecimento de Bens indicará a quantidade, o local de entrega, os prazos e o responsável pelo recebimento além da conferência dos equipamentos fornecidos;

11.6. No ato da entrega dos equipamentos, o fiscal técnico do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório (Anexo A deste Termo), para posterior verificação dos critérios de aceitação, conforme o art. 33, inciso I, da IN STI/MP 01/2019;

**12. DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

12.1. O prazo de entrega do objeto desta licitação, não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de bens e Empenho, devendo ocorrer em conformidade com as quantidades contratadas no documento e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital e Anexos.

12.1.1. Os equipamentos poderão ser entregues em mais de uma ordem de fornecimento a critério da Administração.

12.2. Os produtos serão entregues no local indicado pela CONTRATANTE, em embalagem original de fábrica acompanhada de Nota Fiscal: Almoxarifado Central da Universidade Federal do Pará, situado na Rua Augusto Corrêa, Nº 01, Bairro: Guamá, Cidade: Belém/PA, CEP: 66075-900, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00, de acordo com as datas previstas na Ordem de Fornecimento.

**13. DA ACEITAÇÃO/DO RECEBIMENTO**

13.1. Inspeção

13.1.1. Os equipamentos poderão ser submetidos à inspeção na fábrica, na presença do Fiscal Técnico da CONTRATANTE. Caso não tenham sido inspecionados na fábrica, deverão ser inspecionados após sua entrega, nas instalações da CONTRATANTE;

13.1.2. A inspeção não exime o fabricante da responsabilidade de fornecer o equipamento de acordo com os requisitos deste Termo de Referência e Anexo II – Especificações Técnicas.

13.1.3. A inspeção não invalida qualquer reclamação posterior a respeito da qualidade do material e/ou da fabricação. Em caso de qualquer discrepância em relação às exigências deste Termo de Referência e Anexo II – Especificações Técnicas, os equipamentos podem ser rejeitados e sua reposição será realizada pela CONTRATADA.

13.1.4. Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da CONTRATANTE emitirá, por lote examinado, um relatório completo dos testes efetuados, devidamente assinado. As não conformidades e desvios de qualidade detectados durante a avaliação deverão ser comprovados e anexados ao relatório, conforme procedimento descrito no item 13.1.7;

13.1.5. Todas as unidades de equipamentos rejeitadas devem ser substituídas por unidades novas e perfeitas, por conta do fornecedor, sem ônus para a CONTRATANTE, e dentro do prazo da Ordem de Fornecimento de Bens, conforme item 9.2.22;

13.1.6. A rejeição dos equipamentos, em virtude de falhas constatadas nas inspeções, não dispensa o fornecedor de cumprir as datas de entrega compromissadas. Se a rejeição tornar impraticável a entrega do material nas datas previstas, ou se ficar evidente que a CONTRATADA não será capaz de satisfazer as exigências estabelecidas neste edital, a CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir todas as obrigações e de obter o material de outro fornecedor;

13.1.7. Para executar a inspeção do equipamento recebido, o Fiscal Técnico da CONTRATANTE deverá proceder da seguinte forma: deverá ligar o equipamento e acessar as informações do sistema ou da BIOS, onde estão descritos os componentes, a configuração de hardware, incluindo drivers e softwares instalados no equipamento.

13.1.7.1. Para abrir Informações do Sistema, clique no botão Iniciar, em Ferramentas Administrativas do Windows e, depois, em Informações do Sistema.

13.1.7.2. Informações do Sistema lista categorias no painel esquerdo e detalhes sobre cada categoria no painel direito. São elas:

a) Resumo do Sistema: mostra informações gerais sobre o computador e o sistema operacional, como o nome e o fabricante do computador, o tipo de sistema BIOS utilizado por ele e a quantidade de memória instalada;

b) Recursos de Hardware: exibe detalhes avançados sobre o hardware do computador para profissionais de TI;

c) Componentes: exibe informações sobre unidades de disco, dispositivos de som, modems e outros componentes instalados no computador;

d) Ambiente de Software: mostra informações sobre drivers, conexões de rede e outros detalhes relacionados a programas.

13.1.8. Os produtos entregues serão homologados pelos Fiscais do Contrato no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento dos produtos que deverão vir acompanhados da Nota Fiscal.

13.1.9. A recusa parcial ou total dos itens entregues será oficiada a empresa, que deverá prontamente substituir os equipamentos relacionados.

13.1.10. Para efeitos de cálculo do Nível de Serviço Mínimo, o tempo estimado para a entrega (em dias) voltará a ser calculado após o comunicado oficial a empresa sobre equipamentos recusados.

13.1.11. A Aceitação dar-se-á após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, conforme modelo constante no Anexo C deste Termo;

13.2. A empresa contratada deverá fornecer pessoal e/ou equipamentos para carga e descarga dos equipamentos quando forem entregues.

**14.** **DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado de acordo com os valores estipulados no contrato firmado com a LICITANTE vencedora do Item, sendo realizado de acordo com dados constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.

14.2. O pagamento será realizado após o dia 10 (dez) do mês subsequente, na forma do art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93 e suas alterações, após a efetiva entrega dos equipamentos (assinatura do Termo de Recebimento Definitivo), mediante apresentação de Nota Fiscal até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, devidamente atestada por funcionário competente.

14.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao SICAF (via ON LINE), com resultado favorável, ou a apresentação de documentos comprobatórios.

14.4. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pela contratante gestora e órgãos participantes, será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente e as disposições constantes no contrato.

14.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a UFPA, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

14.6. Para efeito de pagamento, a contratante procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

14.7. Na hipótese de atraso na data prevista para o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, acrescido de juros moratórios de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para tanto, até a data de sua efetivação, calculados “pro rata die”, sobre o valor da Nota Fiscal.

**15. DA GARANTIA**

15.1. Do Produto

15.1.1. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada Item deste Termo de Referência e Anexo II – Especificações Técnicas;

15.1.1.1. A garantia, de 36 (Trinta e seis) meses, deverá ser de fábrica, observando-se condições, e os prazos mínimos estabelecidos para cada equipamento (item) previstos no item 2 do Anexo II – Especificações Técnicas, contados do recebimento definitivo dos equipamentos, incluindo mão de obra e reposição de peças originais ou de qualidade equivalente (comprovada), a fim de que seja mantida a configuração dos equipamentos no período de garantia.

15.1.1.2. A **garantia será na modalidade *onsite*, isto é, prestada no local de entrega dos equipamentos (UFPA – Região Metropolitana de Belém/PA), com atendimento de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o chamado.**

15.1.1.3. A garantia deverá ser integral para todos os equipamentos, devendo o licitante comprovar por meio de Declaração expressa que possui assistência técnica com sede, filial ou representação na Região Metropolitana de Belém, informando o nome do responsável, e-mail, endereço e telefone para contato, comprometendo-se em mantê-la durante toda a vigência da garantia, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do contrato.

15.1.1.4. Toda e quaisquer despesas, decorrentes da execução dos serviços de garantia descritos no contrato, Edital e Anexos, inclusive as substituições de materiais e/ou seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA.

15.1.2. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a ser expedido pela CONTRATANTE na forma descrita no item 13 “DA ACEITAÇÃO/DO RECEBIMENTO”.

15.1.3. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega dos equipamentos, entregar uma lista com toda a rede de assistência técnica à CONTRATANTE e mantê-la atualizada;

15.1.4. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

a) Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

15.1.5. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE e dos Órgãos Participantes, efetuada com recursos próprios NÃO exclui a garantia.

**16. NÍVEIS SERVIÇOS DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

16.1. Será exigido o fornecimento de suporte *on site* por meio de central de atendimento telefônico 0800, que permita o recebimento de chamadas locais de telefone fixo de qualquer localidade do Brasil.

16.2. Os serviços de garantia dos equipamentos deverão ser prestados na região metropolitana na qual está localizada a contratante, mesmo que o equipamento tenha sido remanejado para outra localidade dentro dessa região.

16.3. Horário de funcionamento da central de atendimento telefônico: 07h às 19h (horário oficial de Brasília), em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira.

16.4. O atendimento do serviço de suporte técnico deverá ser executado de acordo com as seguintes regras:

**16.4.1. Garantia de 1º Nível – Sem substituição de peças, componentes e equipamentos.**

16.4.1.1. Após o registro de incidente/problema na central de atendimento telefônico da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o(s) problema(s) técnico(s)/concluir os chamados no prazo de até doze (12) horas úteis.

16.4.1.2. Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, o técnico da CONTRATADA deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciando o prazo de substituição de peças, equipamentos e componentes descritos no item 16.4.2.

16.4.1.3. A definição de regiões metropolitanas é anualmente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para efeitos de prestação de assistência será considerada a classificação oficial atualizada divulgada no sítio do IBGE: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\_territorial/municipios\_por\_regioes\_metropolitanas/municipios\_por\_regioes\_metropolitanas.zip

**16.4.2. Garantia de 2º Nível - Substituição de Peças, Componentes e equipamentos:**

16.4.2.1. A partir da detecção da necessidade de substituição de peças, componentes ou do equipamento, oriundo do atendimento de 1º nível, serão acrescidos ao atendimento corrente o prazo de até vinte e quatro (24) horas úteis.

16.4.2.2. As peças e componentes de substituição deverão ter especificação igual ou superior à peça a ser substituída;

16.4.2.3. As peças e componentes de substituição deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados), e homologados pelo Fabricante.

16.5. Condições para Substituição de Discos Rígidos

16.5.1. O disco rígido defeituoso será substituído por um disco novo, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.

16.5.2. Aplicam-se os mesmos prazos descritos no item 16.4.2.1.

16.6. Substituição completa do equipamento

16.6.1. No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o equipamento deverá ser substituído por um novo;

16.6.2. O disco rígido antigo, em todos os casos, deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.

16.7. Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço Mínimo

16.7.1. A CONTRATADA deverá encaminhar, até o 5º dia útil de cada mês, o Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço Mínimo, contendo informações de TODOS chamados abertos pela CONTRATANTE em sua central de atendimento, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

16.7.1.1. Para Garantia de 1º nível – sem substituição de peças, componentes e equipamentos:

• Data, hora da abertura do chamado;

• Número de série do equipamento alvo do atendimento;

• Data e hora da chegada do técnico ao local;

• Data e hora da resolução do problema;

• Assinatura do servidor atendido e do Fiscal Técnico do Contrato.

16.7.1.2. No caso de garantia de 2º nível - com substituição de peças, componentes e equipamentos, a CONTRATADA deverá informar:

• Data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento;

• Data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento;

• Assinatura do servidor atendido e do Fiscal Técnico do Contrato.

16.7.2. O ressarcimento ao erário, por ocasião da aplicação das glosas referentes ao Nível de Serviço Mínimo, deverá ser executado mediante o preenchimento de Guia de Recolhimento da União – GRU e pago até o último dia útil do mês subsequente a data de aplicação do Nível de Serviço Mínimo;

16.7.3. A critério da Administração, estas glosas poderão ser descontadas das garantias de fornecimento apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA;

16.7.4. É garantido a CONTRATADA o direito à ampla defesa frente aos resultados da apuração do Nível de Serviço Mínimo, bem como a apresentação de justificativas que se fizerem necessárias;

16.7.5. As justificativas aceitas pelo gestor e pelo fiscal do contrato poderão anular a incidência de glosas e advertências na aplicação do Nível de Serviço Mínimo;

16.8. Nível de Serviço Mínimo

16.8.1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 17 da Instrução Normativa SLTI/MP no 2/2008, e suas alterações, o nível de serviço mínimo, para este certame para Garantia de 1º Nível (16.4.1) e para Garantia de 2º Nível (16.4.2), será dado pela Tabela 1, a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Percentual dos chamados com atraso** | **Tempo de atraso para resolução dos chamados em horas úteis** | **Medidas corretivas** |
| Até 5% | Tempo de atraso ≤ 12h | Aceito |
| 12h < tempo de atraso ≤ 28h | Advertência |
| 28h < tempo de atraso ≤ 40h | Glosa de 1% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| Tempo de atraso > 40h | Sanções de que trata o item 17 |
| 5%<chamados com atraso ≤ 10% | Tempo de atraso ≤ 12h | Advertência |
| 12h < tempo de atraso ≤ 28h | Glosa de 1% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| 28h < tempo de atraso ≤ 40h | Glosa de 3% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| Tempo de atraso > 40h | Sanções de que trata o item 17 |
| 10%<chamados com atraso ≤ 20% | Tempo de atraso ≤ 12h | Glosa de 1% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| 12h < tempo de atraso ≤ 28h | Glosa de 3% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| 28h < tempo de atraso ≤ 40h | Glosa de 5% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| Tempo de atraso > 40h | Sanções de que trata o item 17 |
| 20%<chamados com atraso ≤ 30% | Tempo de atraso ≤ 12h | Glosa de 3% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| 12h < tempo de atraso ≤ 28h | Glosa de 5% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| 28h < tempo de atraso ≤ 40h | Glosa de 8% do valor do equipamento por unidade atendida neste prazo |
| Tempo de atraso > 40h | Sanções de que trata o item 17 |
| > 30% |  | Sanções de que trata o item 17 |

Tabela 1 – Atendimento dos chamados

16.8.2. A Tabela 1 representa a relação entre o percentual dos chamados atendidos fora dos prazos definidos nos itens 16.4.1 e 16.4.2, o tempo gasto além do prazo definido, em horas úteis, para resolução do chamado e as respectivas sanções administrativas aplicáveis para cada caso.

16.8.3. As penalidades referentes aos tempos de atendimento são aplicadas da seguinte forma: valor do equipamento atendido vezes o número de equipamentos atendidos dentro do intervalo estabelecido na Tabela 1, e para atraso superior a 40h úteis ou mais de 30% dos chamados resolvidos com atraso, aplicar-se-ão as sanções definidas no item 17 deste Termo.

16.8.4. O nível de serviço mínimo para este certame para apresentação do Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço Mínimo (16.7) será dado pela Tabela 2 a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação** | **Dias úteis de atraso na entrega** | **Medidas corretivas** |
| Apresentação do Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço Mínimo (16.7) | Atraso ≤ 05 dias | Advertência |
| 05 dias < atraso ≤ 10 dias | Advertência  Glosa de 0,25% sobre o valor do contrato por dia de atraso |
| 10 dias < atraso ≤ 30 dias | Advertência  Glosa de 0,1% sobre o valor do contrato por dia de atraso  Glosa de 2 % sobre o valor do contrato |
| Atraso > 40 dias | Sanções de que trata o item 19 |

Tabela 2 – Apresentação do relatório

16.8.5. Para efeitos de apuração dos níveis de serviço mínimos exigidos, utilizar-se-á o Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço Mínimo definido no item 16.7.

16.8.6. Poderão ser utilizadas as Ordens de Serviço para apuração ou conferência dos Níveis de Serviços Mínimos prestados.

16.8.7. No processo de aplicação de Glosas em Razão do Nível de Serviço Mínimo é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

16.8.8. Glosas advindas do Nível de Serviço Mínimo poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante.

**17.** **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. O fornecedor receberá a aplicação de comunicado de advertência, sempre que houver a incidência de glosas contratuais em razão do Nível de Serviço Mínimo (item 16).

17.2. A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no Contrato e nas demais cominações legais.

17.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução parcial (imperfeita), mora de execução e inadimplemento contratual, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

17.3.1. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo Contratante):

a) Multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, pela recusa da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços e Contrato, e não apresentar a documentação exigida no Edital para sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, com base no art. 81 da Lei no 8.666, de 1993, independentemente das demais sanções cabíveis;

b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor dos equipamentos em atraso, por dia de atraso, no caso de a CONTRATADA não entregar os objetos no prazo estipulado na Ordem de Fornecimento de Bens, até no máximo o 29º (vigésimo nono) dia.

c) na hipótese do atraso descrito no item 19.3.1.b perdurar por prazo superior a 29 dias, sem prejuízo da referida multa, a Contratada ficará sujeita ao pagamento de multa adicional de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, que poderá ser rescindido e ser decretada a sua inexecução total ou parcial com base no art. 86 da Lei no 8.666, de 1993, independente das demais sanções cabíveis;

d) Multa de 2% sobre o valor do Contrato pelo descumprimento dos limites máximos estabelecidos para o Nível de Serviço Mínimo, assegurada à administração o direito de aplicar a Glosa aferida no instrumento, aplicada em dobro na sua reincidência.

e) Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato por descumprir ou infringir qualquer das obrigações estabelecidas nos demais itens referentes a Obrigações da Contratada, estabelecidos neste Termo de Referência, aplicada em dobro na sua reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis;

17.4. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.5. A incidência das glosas advindas do Nível de Serviço Mínimo poderá ser aplicada juntamente com as sanções e penalidades de que trata o subitem 17.3, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco (05) dias úteis.

17.6. Os valores de multas e de glosas não pagos, serão descontados da garantia prestada pela Empresa.

17.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no subitem 19.3 deste Termo de Referência e das demais cominações legais.

17.9. A declaração de impedimento para licitar com a Administração Pública, dar-se-á pela autoridade máxima do órgão contratante nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

**18. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ATA**

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados por fiscais da CONTRATANTE e pelo gestor do contrato, especialmente designados pelo responsável do órgão;

18.2. Em se tratando de um certame para a aquisição de bens de pronta entrega dispensa-se a assinatura de Termos de Sigilo e Responsabilidade;

18.3. A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA qualquer tipo de informação que seja necessária para o correto cumprimento das disposições constantes deste Termo e anexos ao edital.

**19. DA VIGÊNCIA**

19.1. O contrato terá sua vigência conforme as garantias estabelecidas no Edital e anexos, a contar da data de sua assinatura.

19.2. O prazo de vigência contratual compreende o período previsto para o fornecimento e entrega, sem prejuízo dos prazos de garantia estabelecidos no contrato.

19.3. As políticas de garantia estendida contemplam o caráter acessório ao núcleo do contrato e, portanto, devem ser prestadas durante os prazos estabelecidos no instrumento contratual, sob pena da Administração invocar as cláusulas do contrato, mesmo após o encerramento de sua vigência.

19.4. A CONTRATADA deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do Art. 65 da Lei no 8.666/93.

19.5. A garantia dos equipamentos será *onsite* pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

**20. REAJUSTES NOS PREÇOS**

20.1. Do Contrato

20.1.1. Os contratos gerados a partir deste certame serão irreajustáveis.

**21. IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME LICITATÓRIO**

21.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos e serviços a serem fornecidos, que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais).

21.2. A participação de consórcios em certames licitatórios somente se torna necessária quando o objeto a ser licitado pressuponha heterogeneidade de atividades empresariais, sendo que, sua não inclusão, resultaria em restrição da competitividade. Desta forma, os equipamentos que constituem o objeto da contratação não apresentam a referida heterogeneidade dentro de um mesmo item de adjudicação.

**22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. O Pregoeiro responsável pelo certame reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento;

22.2. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

Encaminha-se à Pró-Reitoria de Administração para abertura de processo administrativo e iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Equipe de Planejamento da Contratação | | |
| Integrante Técnico | Integrante Requisitante | Integrante Administrativo |
| Sandra de Fátima Rocha Trindade  Assessora de Orientação Normativa em TI  Matrícula: 164955 | Eliomar Azevedo do Carmo  Matrícula: 1714211 | Raquel Trindade Borges  Analista de TI  327707 |

|  |
| --- |
| Autoridade Competente |
| Nome:  Matrícula: |

Belém, 28 de dezembro de 2020.

Elaboração Termo de Referência

Sandra de Fátima Rocha Trindade

Assessora de Orientação Normativa em TI

**SIAPE 164955**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO A**

**ORDEM DE SERVIÇO/ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS**

|  |
| --- |
| **INTRODUÇÃO** |
| Por intermédio da Ordem de Serviço será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 – IDENTIFICAÇÃO | | | | | |
| Ordem de Serviço/OFB Nº: | |  | | | |
| Contrato nº: | |  | | | |
| Contratada: | |  | | | |
| **Data da Emissão:** | |  | **Área Requisitante do Serviço**: | |  |
| Usuário Solicitante**:** | |  | | | |
| E-mail: | | | | Telefone: | |
| Solução de TI: |  | | | | |

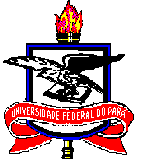
|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS** | | | | | |
| **Item** | **Descrição do Produto ou Serviço** | **Métrica** | **Valor**  **Unit. (R$)** | **Quantidade/Volume** | **Valor Total**  **(R$)** |
| **1** |  |  |  |  |  |
| **TOTAL** | | | | |  |

|  |
| --- |
| **3 – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES** |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **4 – CRONOGRAMA** | | | |
| **Item referente ao Produto/Serviço** | **Início Previsto** | **Fim Previsto** | **Prazo Máximo** |
|  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5 – ARTEFATOS / PRODUTOS** | |
| **Fornecidos** | **A serem gerados e/ou atualizados** |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **6 – CIÊNCIA** | |
| **CONTRATANTE** | |
| **Área Requisitante** | **Gestor do Contrato** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *<Nome do Responsável pela área requisitante>*  Matr.: *<nº da matrícula>*  Local, *<dd/mm/aaaa>* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *<Nome do Responsável pela área requisitante>*  Matr.: *<nº da matrícula>*  Local, *<dd/mm/aaaa>.* |
| **CONTRATADA** | |
| **PREPOSTO** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *<Nome do Preposto>*  CPF: *<CPF do Preposto>*  Local, *<dd/mm/aaaa>*. \_\_\_\_\_\_:\_\_\_\_\_horas | |



**Serviço Público Federal**

**Universidade Federal do Pará**

**ANEXO B**

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

|  |
| --- |
| **INTRODUÇÃO** |
| O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente a Contratada que os serviços foram prestados ou os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos em contrato. |

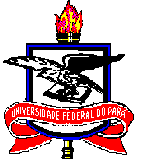
|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | | | | | | |
| Contrato nº: [XXXXXXX]  Contratada: [XXXXXX]  Contratante: [XXXXXX] | | | | | | |
| Ordem de Serviço Nº: <OS9999/AAAA> | | | Data da Emissão**:** <dia>de<mês>de<ano>. | | | |
| Solução de TI | |  | | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO** | | | | | | |
| Item | Descrição de Produto e Serviço | | | Métrica | Quantidade | Total |
| **1.** | <Descrição igual da OS de abertura> | | | <PF ou outra> |  |  |
| TOTAL DE ITENS | | | | | |  |

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa SGD nº 1/2019, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até XXXX dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

|  |  |
| --- | --- |
| **DE ACORDO** | |
| **CONTRATANTE**  **Fiscal Técnico do Contrato** | **CONTRATADA**  **Preposto** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  <nome do fiscal técnico do contrato>  Matr.: <nº da matrícula>  Local, <dia> de <mês> de <ano> | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  <nome do preposto>  CPF: <nº do CPF do preposto>  Local, <dia> de <mês> de <ano> |

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO C**



**Serviço Público Federal**

**Universidade Federal do Pará**

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

|  |
| --- |
| **INTRODUÇÃO** |
| O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente a Contratada que os serviços prestados ou os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos em contrato. |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | | | | | | |
| Contrato nº [XXXXXXX]  Contratada: [XXXXXX]  Contratante: [XXXXXX] | | | | | | |
| Ordem de Serviço Nº: <XXXXXXXX> | | | Data da Emissão**:** <dia> **de** <mês> **de** <ano>. | | | |
| Solução de TI | |  | | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO** | | | | | | |
| Item | Descrição de Produto e Serviço | | | Métrica | Quantidade | Total |
| **1.** | <Descrição igual da OS de abertura> | | | <PF ou outra> |  |  |
| **...** |  | | |  |  |  |
| **TOTAL DOS ITENS** | | | | | |  |

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso VIII, da Instrução Normativa SGD nº 1/2019, que os serviços e/ou bens integrantes da **OS/OFB** acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

|  |  |
| --- | --- |
| **DE ACORDO** | |
| **Gestor do Contrato** | **Fiscal Requisitante do Contrato** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  <nome do gestor do contrato>  Matr.: <nº da matrícula>  Local, <dia> de <mês> de <ano>. | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  <nome do fiscal requisitante do contrato>  <Qualificação>  Local, <dia> de <mês> de <ano>. |